

ENTREVISTA MARIA DE FÁTIMA DUARTE MARTINS E JARBAS SANTOS VIEIRA



Maria de Fátima Duarte Martins
Jarbas Santos Vieira

Revista Expressa Extensão, na sua pluralidade, se dedica a temas de relevância social. Na sua conformação, além de artigos, relatórios, memórias e outras seções, há também um quesito que tem se destacado. Com o espaço dedicado à entrevista, a Revista busca salientar um tema cuja intersecção não se limita ao âmbito acadêmico. A pauta indica, pois, uma questão que se aproxima com outras publicações do mesmo número e, ao mesmo tempo, expressa o diagnóstico relacionado a um problema que afeta a sociedade como tal.

Nessa direção, educação e saúde representam temas preciosos. Mais especificamente, a saúde dos profissionais da educação é o temário desta vez. Por certo, o vínculo entre os vocábulos professor e docente não é ocasional.

O filme *Sociedade dos poetas mortos* termina com um *Carpe Diem*. A dificuldade de um músico para que seus alunos se interessem pelas aulas é o tema do filme *Mr. Holland – Adorável professor*. Além desses dois filmes, pode-se citar *Mente brilhante*, *Ao mestre com carinho* e muitos outros.

De uma forma ou de outra, o professor e o exercício da docência ganha contorno dos mais diversos. Nesse ínterim, o “mal-estar docente” é tema de pesquisa dos professores Maria de Fátima Duarte Martins e Jarbas Santos Vieira, da Faculdade de Educação (UFPeI). Essa pesquisa trata de analisar a relação entre saúde e o processo de trabalho de professores que atuam em escolas municipais de diversos municípios do Rio Grande do Sul.

1. Desde 2007, vocês vêm se dedicando a averiguar o processo de trabalho de professores de Escolas de Ensino básico. O insight começa com o denominado "mal-estar docente". O que significa isso?

Mal-estar docente é um termo criado pelo psicólogo espanhol José Manuel Esteve Zarazaga (já falecido) no ano de 1987, quando publicou a primeira edição do livro – O Mal-Estar Docente. Este termo se refere às moléstias, à dor que sofrem professores e professoras devido às tensões que suportam em sua profissão. No caso do mal-estar docente há uma associação de múltiplos fatores, com destaque para a modificação das exigências sobre o professorado e o envolvimento dos demais agentes tradicionais de socialização; o aumento das exigências de novas responsabilidades; a diminuição do papel educador da família, com a inserção da mulher no mercado de trabalho; a modificação do papel da professora como transmissora de conhecimento (competição com TV, internet etc.) e a falta de preparação para esse novo papel.

2. Qual a relação entre trabalho e saúde dos professores?

Nossos estudos mostram que existe uma relação significativa entre o processo de trabalho e adoecimento, principalmente na modalidade da Educação Infantil, a qual mais temos estudado. Encontramos um elevado número de solicitação de licenças de saúde, uso de medicamentos, desejo de abandonar o magistério e um grande percentual de professoras já sem motivação para desenvolver novos tipos de comportamento no trabalho, portanto, desprotegidos física e psicologicamente. Aplicando o instrumento Job Content Questionnaire (JCQ), em professoras de Escolas Municipais de Educação Infantil de 16 cidades do Rio Grande do Sul, constatamos que 33,24% se encontram no grupo com riscos de adoecimento psíquico. Isso é muito grave. Os dados completos dessa pesquisa podem ser acessados no Caderno 1 em nosso site Issuu.com/trabalhodocenteesaude.

3. Quais as consequências desse diagnóstico?

Atualmente os manuais de Classificação de doenças – o Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais (DSM V), e o Código de Identificação das Doenças (CID-10), não identificam o mal-estar docente. O que mais se aproxima, por ser um sintoma do mal-estar docente, é o estresse. São muitas as consequências negativas da doença, podemos citar algumas como o sentimento de desconcerto e insatisfação ante os problemas reais da prática do magistério, em franca contradição com a imagem ideal que se cria sobre a educação e o trabalho de educar, frustração frente ao que se pode realizar nas escolas e o que as professoras gostariam de efetivamente realizar, pedidos

de transferência como forma de fugir das situações conflitivas, absentismo trabalhista como mecanismo para cortar a tensão acumulada, esgotamento, cansaço físico permanente, ansiedade, estresse, depreciação do ego, neuroses reativas e autoculpabilização ante a incapacidade para melhorar o ensino.

4. Existe relação ente as políticas de educação e o que fazer dos professores?

Com certeza. Para responder essa pergunta, fazemos referência a parte do texto do nosso Projeto de Pesquisa (2013), no qual dizemos que, atualmente, estabelece-se uma nova forma de governo sobre a educação, que mira a organização do processo de trabalho como objeto de reengenharia administrativa, cujo centro é o controle individual e coletivo do professorado, por intermédio da individualização das práticas educativas. Uma forma de governo que sintetiza na conduta dos docentes o fundamento de seu controle, que passa a constituir-se em uma prática de governo, em governabilidade. Conhecer as atividades de cada pessoa para reorganizá-la conforme um determinado padrão de verdade, via metas que devem ser alcançadas – e desejadas – por todos. Eis aí um dispositivo de poder-saber que ativa uma eficiente fórmula de controle individual e coletivo. Seu alvo preferencial – mas não único – é a subjetividade do professorado, alcançada por propostas educacionais e pedagógicas assentadas na ideia de uma prática eficiente e objetiva, capaz de aferimento e de pesagem imediatas quanto à sua eficácia educativa, seja lá o que isso signifique.

5. Quais os efeitos dos discursos políticos sobre o exercício profissional?

Também para responder essa questão nos remetemos a nossas escritas. Sabe-se que há um deslocamento da concepção de educação e de docência em direção às lógicas racionalizantes, que disputam a alma do professorado, acuado por aquilo que é preferido pelas políticas governamentais, por seus exames nacionais, pelas mídias, pelos analistas financeiros, pelas famílias e seus interesses no futuro de seus filhos e filhas, pelos manuais curriculares e seus objetivos cognitivos, pelos livros-didáticos e suas sugestões de conteúdo, atividades e avaliações. Esses discursos fabricam sua verdade sobre a reforma do ser docente, buscando alinhá-lo, descartianamente, às metas traçadas por economistas, financistas, governantes, intelectuais convertidos à lógica do mercado e burocratas, que tentam convencer o professorado de que o futuro do país e dos próprios profissionais da educação está diretamente relacionado à responsabilidade individual de cada docente.

6. Por que a comparação entre a figura do profissional e um ethos ligados aos docentes?

Em poucas palavras, pode-se dizer que a profissão de professora e de professor, há muito tempo está relacionada com o sacerdócio, vista como uma vocação, como dom para salvar as novas gerações, além de outros tantos atributos, responsabilidades e exigências. Esses discursos, que estão hoje disputando a alçada professorado, vêm combinando, com bastante eficiência, a imagem de profissional com um ethos sacerdotal.

7. Quais as consequências do "mal-estar docente" na vida familiar?

Qualquer doença desequilibra o cotidiano da família, pois sabe-se que saúde é fundamental em nossa vida. O mal-estar docente está relacionado ao trabalho, portanto também implica em questões financeiras. Provavelmente o professor, que recebe muito pouco e, muitas vezes, o possuindo um plano de saúde que não cobre 100% de um eventual tratamento, sofrerá duas vezes (ou mais) quando necessitar de atendimento médico ou psicológico.

8. Diante disso, é possível inferir que há problemas que se relacionam com a educação como tal? Ou é uma questão ligada ao campo do exercício profissional?

Não acreditamos que, em princípio, haja problemas que se relacionam com "a educação como tal", seja lá o que isso signifique. É preciso considerar que as políticas públicas, da forma como estão organizadas, deslocam, como já foi dito, a concepção de educação e de docência em direção às lógicas racionalizantes e/ou em direção a interesses governamentais, que quase sempre desconsideram as dimensões pedagógicas envolvidas nos processos de escolarização. Um exemplo disso ocorreu no governo municipal de Adolfo Antonio Fetter, tendo como secretário da educação o vereador Ademar Ornel. Na ocasião, as Escolas Municipais de Educação Infantil sofreram todo o tipo de intervenção, a ponto de quase todas elas serem constrangidas a retirar os berços dos berçários para caber mais crianças (no caso bebês) nas salas. Os colchões ficavam amontoados em um canto da sala, e somente poderiam ser usados na hora da certa. As professoras e auxiliares tinham que levantar as crianças praticamente do chão. Fazer isso com 10, 15, 20 crianças ao longo de 8 horas de trabalho tem sérios efeitos sobre a saúde das pessoas, mas parece que isso não importava.

9. Diante dos estudos, seria possível afirmar algo a respeito da educação de nível superior?

Sabe-se que estudos sobre o mal-estar docente na educação superior começaram a ser realizados de forma mais intensa nos últimos 6 anos, e os dados também não são nada otimistas, principalmente quando se trata de um professorado que também atua em programas de pós-graduação.

10. Além das causas, a pesquisa pode indicar alternativas saudáveis ou possíveis.

Procuramos dar visibilidade ao estudo, tentamos várias vezes contato com a Secretaria Municipal de Educação e Deportes (SMED) de Pelotas para conversar sobre nossos achados (tendo em conta que todas as pesquisas realizadas com as professoras e professores de Pelotas tiveram autorização da SMED). O relatório de nossa primeira pesquisa foi entregue 3 vezes na SMED, pois quando tentávamos contato, eles não eram achados. Também entregamos em todas as escolas, nos dispendo a uma conversa, mas nunca fomos chamados. O mesmo procedimento estamos tomando com as 16 cidades que fizeram parte da última pesquisa. No atual governo municipal de Pelotas, fizemos um contato com sua vice-prefeita (e recentemente eleita prefeita), no mês de fevereiro 2013 para discutirmos nossos dados. Tivemos a promessa da conversa, mas também nunca fomos contatados. Independentemente disso, divulgamos os resultados em jornais, eventos científicos, temos artigos, capítulos de livro, realizamos um Projeto de Ensino, no qual exibimos filmes sobre o tema saúde seguido de debate. Também mantemos um site com os dados de nossa última pesquisa em 16 cidades do estado (Issuu.com/trabalhodocenteesaude). Acredito que fornecemos os dados para as discussões, porém é preciso alinhá-los com as políticas públicas, essa é nossa intenção: mostrar que do jeito que a Educação Básica se encontra, se torna um fator de adoecimento para as professoras e estão levando a desistência do magistério. Nas atuais condições de trabalho, da maioria de nossas escolas públicas, à docência encontra-se em constante risco de promover o adoecimento do professorado ao invés de contribuir para produzir alguma espécie de compensação, seja econômica, seja emocional.